

---

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97

NIRE nº 35.300.158.334

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2000

**Data e Hora:** 12 de julho de 2000, às 10:00 horas, na sede social da Companhia situada na Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 110, 11º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Presentes todos os acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Fica dispensado o aviso de convocação de acordo com o previsto no artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **Mesa:** Presidente: Renato Alves Vale; Secretário: Massami Uyeda Junior. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a 1ª emissão de Debêntures da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos:** **I.** Os acionistas aprovaram a emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, visando ao desenvolvimento do objeto social da Companhia. A emissão de Debêntures deverá se dar de acordo com os seguintes termos e condições: **1. Data da Emissão:** A data da emissão das Debêntures será 1º de agosto de 2000. **2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de até R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais). **3. Séries:** As Debêntures serão emitidas em série única. **4. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 135.000 (cento e trinta e cinco mil) Debêntures para distribuição pública. **5. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). **6. Forma e Espécie:** As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e subordinadas. **7. Preço de Subscrição e Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures no mercado primário será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração definida no item 9 abaixo, acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. **8. Procedimento de Colocação e Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão não organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80 e Parecer de Orientação CVM nº 09/81, no que couber, sendo, portanto, atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. **9. Remuneração:** As Debêntures serão remuneradas com juros conforme estabelecido abaixo. As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia - Extra Grupo (Taxas DI), base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescida de um *spread* expresso em % ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, a ser definido em procedimento denominado *bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir de 01.08.2000 e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados de forma *pro rata temporis* de acordo com a fórmula abaixo, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Capitalização dos juros. A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (Fli) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos no fim de cada Período de Capitalização;  $VN$  = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização;  $\prod_{i=1}^{i=f}$  = produtório dos  $i$  termos  $FI$  referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com  $i$  variando de 1 até  $f$ ;  $f$  = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;  $Fli$  = fatores de remuneração, verificados nos  $f$  dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{CDI\ CETIP}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right] \quad ; \text{ onde}$$

*CDI CETIP* = taxa média diária de depósitos interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano; *dj* = número de dia (s) útil (eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP; *S* = Fator de spread calculado conforme cláusula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{dc}{360}} \right] \quad ; \text{ onde}$$

*s* = spread expresso em % ao ano, a ser definido em procedimento denominado *bookbuilding*, base 360 dias; *dc* = número de dias corridos do Período de Capitalização; Define-se: a) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de juros, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data prevista do pagamento de juros, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003. Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas na Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses: a) A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros extra-grupo, de um dia deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; b) Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos Debenturistas, quanto por parte da Companhia; c) A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo Agente Fiduciário exclusivamente para a definição, de comum acordo com a Companhia, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das Debêntures; e d) Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado a taxa ou índice que vier a ser estabelecido em sua substituição. Na hipótese de não ser criada nenhuma taxa/índice, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, para, de comum acordo com a Companhia, deliberar, no prazo máximo de 30 dias, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser proposto pela Companhia. **10. Amortização Programada:** O principal das Debêntures será pago em três parcelas anuais, cada uma correspondendo a 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário, em 1º de agosto de 2001, 1º de agosto de 2002 e 1º de agosto de 2003, ou nas hipóteses de vencimento antecipado abaixo descritas. **11. Data de Vencimento:** O prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2003. **12. Vencimento Antecipado:** As Debêntures poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, mediante comunicação escrita à Companhia a critério dos debenturistas, com a exigência do imediato pagamento pela Companhia do valor do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de interpelação, ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; b) liquidação ou decretação de falência ou concordata da Companhia ou de suas controladas ou das Garantidoras; c) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pelas Garantidoras de qualquer obrigação prevista na Escritura, as quais, com exceção dos eventos dispostos nas demais alíneas deste item 12, não tenham sido sanadas em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; d) descumprimento, por parte da Companhia ou de suas empresas controladas, ou Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária em valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que permaneça sem regularização pelo período de 30 dias a contar da data de inadimplemento; e) o endividamento líquido (endividamento total da Companhia, subtraído de seu caixa e das suas aplicações financeiras) ultrapassar o valor de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas. Caso a Companhia necessite captar novos recursos além do limite acima mencionado, ficar-lhe-á permitida a efetivação de referida captação, desde que para cada valor captado na forma de dívida, ocorra, concomitantemente, aumento de capital no mesmo valor; f) perda ou cassação de duas ou mais concessões de rodovias detidas pelas controladas da Companhia por motivos de caducidade, ou seja, inadimplemento contratual, ou uma ou mais concessões de rodovias por quaisquer outros motivos que não a caducidade, que representem, isoladamente ou em conjunto,

---

montante superior a 30% do faturamento consolidado da Companhia; g) não cumprimento pelas Garantidoras da obrigação de suporte mencionada no item 17.2 abaixo; h) a Companhia não manter a participação de 100% (cem por cento) no capital votante e total de suas controladas Autoban, Nova Dutra, Ponte e Via Lagos, com exceção da Rodonorte, cuja participação é de 74,24% (setenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento) em seu capital votante e total, devendo ser mantida na mesma proporção; i) as Garantidoras e/ou controladores da Companhia deixarem de manter participação direta ou indireta mínima de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia, dividido entre eles na mesma proporção atualmente vigente; j) com relação às Garantidoras, a Camargo Corrêa S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o controle do capital votante da CCT.; a Odebrecht S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, o controle do capital votante da OSI; a Andrade Gutierrez S.A. deixar de manter, direta ou indiretamente, o controle do capital votante da AG; a Servix Engenharia S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, 59% do controle do capital votante da SVE Participações S.A.; e a Via Engenharia S.A. deixar de manter, diretamente ou indiretamente, 41% do controle do capital votante da SVE Participações S.A.; k) durante o prazo de vigência das Debêntures, a Companhia promover distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos previstos em seu Estatuto Social. As condições constantes deste item 12 não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação pela Assembléia Especial dos Debenturistas da presente emissão, especialmente convocadas pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário.

**13. Negociação:** As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

**14. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto de aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado.

**15. Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (i) do prêmio de reembolso de 0,30% calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, e (ii) de remuneração calculada conforme item 9 acima, *pro rata temporis*. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do Agente Fiduciário e divulgado no Jornal “Gazeta Mercantil”.

**16. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações e juros remuneratórios a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia, por meio do SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela, CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados por esta ou, na hipótese de determinadas Debêntures não estarem vinculadas a este sistema, na sede da Companhia ou ainda, em Instituições Financeiras contratadas pela Companhia para tal fim.

**17. Garantias Adicionais:**

**17.1.** As Debêntures serão garantidas ainda por fiança dos sócios controladores da Companhia, na forma não solidária, guardada a seguinte proporção: Camargo Corrêa Transportes S.A. - 24,8%, Odebrecht Serviços de Infra-estrutura S.A. - 24,82%, Construtora Andrade Gutierrez S.A. - 24,82%, Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia - 18,01% e SVE Participações S.A. - 7,53%. A fiança garante de forma não solidária entre as Garantidoras e solidária com a Companhia, as obrigações assumidas pela Companhia oriundas da presente Emissão, sendo irrevogável e irretroatável para todos os efeitos legais, renunciando as Garantidoras, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil. Caso ocorra a entrada de um novo acionista no capital da Companhia, a mesma terá opção de solicitar o ajuste dos percentuais das fianças prestadas pelos Garantidores, com a inclusão da fiança do novo acionista, mediante aprovação de, no mínimo, 80% dos debenturistas não havendo qualquer direito de vencimento antecipado pelos debenturistas dissidentes.

**17.2.** Caso a não Companhia consiga por si própria prover os fundos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência das Debêntures, os Garantidores deverão prover recursos à Companhia, em complemento ao fluxo de caixa gerado pela mesma, de modo a satisfazer o cumprimento de todas as obrigações resultantes da emissão, incluindo o pagamento de remuneração, juros e amortização do principal.

**18. Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados com relação à emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal “Gazeta Mercantil”, sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a Companhia avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação”.

II. A Diretoria foi autorizada, observando-se a forma de representação da sociedade prevista no artigo 14 de seu Estatuto Social, a contratar, uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais, para a distribuição e colocação pública das Debêntures, bem como a nomear e contratar o Agente Fiduciário para a sua emissão, celebrando a competente escritura de emissão, tomando junto aos órgãos governamentais, autarquias, entidades públicas e privadas em geral, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, todas as providências necessárias para a emissão das Debêntures, nos termos das deliberações tomadas nesta Assembléia.

III. Nos termos do § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76 foi delegado ao Conselho de

---

Administração da Companhia poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, bem como decidir acerca da oportunidade da emissão, a época e condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, época e condições do pagamento de juros, ágio, ou deságio e prêmio, se houver, e para propor, em nome da Companhia, à assembléia de debenturistas as alterações que julgar necessárias com relação a Escritura. Dentre os poderes acima delegados ao Conselho de Administração da Companhia, inclui-se, sem limitação, o de aprovar e divulgar o *spread* a ser definido em processo de *bookbuilding*, a que se refere o item 9 acima. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura e Leitura da Ata:** Não havendo mais nada a ser tratado, foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata. A assembléia foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem e aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 12 de julho de 2000. Sr. Renato Alves Vale, Presidente da mesa e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário. Acionistas: (a) CAMARGO CORRÊA TRANSPORTES S.A. p. Sr. Paulo de Tarso Camargo Opice e Sr. Ricardo Bisordi de Oliveira Lima; (b) CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A. p. Sr. Eduardo Borges de Andrade e Sr. Roberto Gutierrez; (c) ODEBRECHT SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA S.A., p. Sr. Luiz Fernando Souza Villar e Sr. Manoel Ailton Soares dos Reis; (d) SERVENG - CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, p. Sr. Perleson Soares Penido; (e) SVE - PARTICIPAÇÕES S.A., p. Sr. Ellos José Nolli e Sr. Gilvan Silva de Oliveira; e (f) EDUARDO BORGES DE ANDRADE. Certifico que a presente é cópia do original lavrado em livro próprio. Massami Uyeda Junior - Secretário.